

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL (NOITE) – 2.º ANO
GRELHA DE CORRECÇÃO DA FREQUÊNCIA/EXAME FINAL (29.04.2008)

I

1) Convite a contratar de António a Bento. Caracterizar a figura e distinguir da proposta contratual, enunciando os requisitos desta;

2) Qualificar o anúncio de venda do carro na página da Internet. Trata-se de um convite a contratar, pois falta a indicação de um elemento essencial para a venda (o preço), não podendo o comportamento valer como proposta;

3) A informação do preço do carro de Carlos permite considerar a existência de uma proposta contratual de venda do carro. Analisar o momento da eficácia da declaração negocial (art. 224.º, n.º 1), os efeitos jurídicos da proposta (estado de sujeição de António e direito potestativo de aceitar de Carlos) e a duração da eficácia da proposta;

4) Analisar a possibilidade da declaração negocial ter lugar por via de documento electrónico (DL n.º 290-D/99 e DL n.º 7/2004). Como não existe regra legal de forma, todo ou parte do comportamento declarativo relativo à formação da compra e venda pode ter lugar por via electrónica (uso de e-mail);

5) Aceitação da proposta contratual por Carlos. Analisar o momento da eficácia da declaração negocial (art. 224.º, n.º 1) e seus efeitos (conclusão do contrato);

6) Formação de novo contrato de compra e venda entre António e Bento (qualificação da proposta e da aceitação)¹; alusão à figura do contrato entre presentes;

7) Falta de informação sobre aspectos relevantes do estado da coisa a vender por parte de António. Analisar a culpa in contrahendo tendo em conta o dever de prestar informação relevante conhecida segundo a boa fé (art. 227.º, n.º 1);

8) Identificar a existência de erro (eventualmente qualificado por dolo – o texto não é claro, admitindo-se que se levante essa hipótese). Trata-se de erro vício sobre o objecto negocial (art. 251.º). Indicar requisitos de relevância do erro (ou do dolo), nomeadamente – no caso de simples erro – essencialidade e cognoscibilidade (art. 247.º, por remissão do art. 251.º). Optando o aluno pela hipótese de dolo, deverá referir a dupla causalidade;

¹ Embora não se pretenda que o aluno esclareça as consequências da existência de dois contratos de compra e venda da mesma coisa, deve assinalar a respectiva celebração de acordo com os dados da hipótese.

9) Existe essencialidade (o aluno deve explicar em que consiste), embora se possa discutir se ocorre no caso a cognoscibilidade (tudo indica que sim);

10) Havendo erro relevante sobre o objecto negocial, o contrato de compra e venda é anulável por Bento. Explicar em que consiste a anulabilidade, esclarecer qual o prazo em que pode ser requerida e os efeitos da anulação no contrato de compra e venda.

II

1) O contrato celebrado é um contrato simulado e não celebrado com dupla reserva mental. Explicar em que consiste a reserva mental e a dupla reserva mental;

2) A simulação é relativa; indicar os requisitos legais da simulação (art. 240.º, n.º 1) e distinguir simulação relativa e simulação absoluta;

3) Discutir o problema da validade do negócio simulado (art. 240.º) e dissimulado (art. 241.º); o negócio dissimulado é válido (na hipótese);

4) Ermelinda não pode opor a nulidade decorrente da simulação a terceiro de boa fé (art. 243.º, n.º 1); por conseguinte, não pode opor-se à penhora alegando a nulidade da simulação. De resto, o terceiro poderia sempre invocar contra ela a validade do negócio dissimulado;

5) Zacarias pode intentar acção de nulidade do negócio simulado, pois é um terceiro interessado e tem, por isso, legitimidade para o efeito (art. 286.º).